



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 69

Sessão Ordinária de Fevereiro

6.ª Reunião de 29-03-2004

Aos vinte e nove dias do mês de Março de dois mil e quatro, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, José da Cruz Costa, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, António Fernando Ribeiro Martins, Maria Isabel Almeida Velada, André Bastos Malva Quinteiro, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, Jaime Manuel Pereira Reis Vinagre, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Dias Pinho e Melo, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Rui Manuel Pereira da Costa, Armando Manuel Dinis Vieira, Vítor Manuel Marques Oliveira, Fernando Vieira Ferreira, António Santos Costa, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia, Rafael Alexandre Lopes Nevado, António Manuel dos Santos Salavessa, Diamantino Laranjeira Simões Jorge e Manuel Arede de Jesus.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

Nuno Rosa Silva Barata, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Liz Miguel Marques da Silva, Jorge Manuel do Nascimento, Joaquim dos Santos Abreu e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes, o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e a Vereadora Marília Fernandes Correia Martins.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 78.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, da substituição nesta reunião, dos Vogais Maria Teresa Fidélis da Silva, Jaime Simões Borges e Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, por Paulo Teixeira de Jesus, Nuno Rosa da Silva Barata e António Fernando Ribeiro Martins, respectivamente.

Ainda, nos termos da legislação em vigor, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Manuel Júlio Braga Alves e Victor Manuel da Silva Martins, se fizeram substituir, nesta reunião, por André Bastos Malva Quinteiro e Vítor Manuel Marques Oliveira, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

PONTO 5 – PLANO DE URBANIZAÇÃO DO PROGRAMA POLIS.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 26/01/2004, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra o presidente da Câmara após uma breve abordagem delegou no Arquitecto Viegas do CEFA, a apresentação deste assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

(Entraram na sala os Vogais Diogo Manuel Santos Soares Machado e Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga)

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado Senhor Presidente. Algumas notas breves sobre este Plano do Polis que nos é presente. Em primeiro lugar e penso que não tem a ver muito com o programa Polis. Mas penso que aquela carta que ali está demonstra isso, e que um dia Senhor Presidente da Assembleia, começar a pensar como é que isso se resolve — que é na política de solos. Vocês vejam. Vêem aquela mancha verde grande que está entre a linha de caminho-de-ferro e a N109. Parece que quando se fazem estas coisas a uns sai a sorte grande e a outros a terminação! Eu não conheço obviamente os donos dos terrenos daquela zona, mas se olhar para aquilo o que eu verifico é que: de um lado tem aquelas construções da Forca, do outro lado tem o Bairro do Liceu, do outro lado tem as novas construções das Glicínias que enfim, já muita gente achou que de alguma forma tem uma densidade muito grande, enfim a quem tinha aqueles terrenos, não sei de quem é, nem sei se são privados se são públicos — saiu-lhes a terminação; saiu-lhes uma zona verde.

Não quer dizer que não seja correcto que esteja lá uma zona verde. O que eu gostaria de saber era como é que no futuro, como é que num país, em que as pessoas devem ter todas os mesmos direitos, isto pode acontecer? A uns calha fazer edifícios de vinte andares e não-sei-quanto-mais a cem metros daquilo, aos outros calha zona verde!?

O Senhor Presidente da Assembleia sabe muito mais destas coisas do que eu e certamente poderá dar alguma achega neste sentido. Mas que alguma coisa tem que ser feita neste sentido (e não estou a dizer que seja em Aveiro ou neste caso particular Programa Polis) tem de ser feito. Porque isto, obviamente, é no meu ponto de vista pouco equitativo e incorrecto.

Mas gostaria também de falar doutros pontos deste projecto Polis; alguns que eu gosto particularmente como é o caso do canal de São Roque e da sua terminação e de outros que obviamente não gosto. E de outros que eu desejarei como aveirense que nunca sejam construídos. E gostaria que as pessoas que raciocinassem comigo, se tiverem essa paciência, da seguinte forma: ainda há pouco tempo houve um projecto muito mediático aqui que foi chumbado por questões ambientais.

É óbvio que o Programa Polis, nenhum dos Programas Polis é chumbado por questões ambientais, porque ele está isento dessas questões. Isto é, quem o criou, isentou-o dessas questões. Mas o que é que me diriam se eu propusesse para um outro empreendimento que aqui foi feito, e que recentemente chumbou, três mil duzentos e cinquenta metros quadrados de estacionamento, uma torre panorâmica de cinco andares e três mil metros quadrados, trinta e oito mil quatrocentos e noventa e três metros quadrados de clubes náuticos, quarenta e dois mil setecentos e doze metros quadrados de equipamento e, espantam-se, cento e setenta e nove mil quatrocentos e oitenta metros quadrados de habitação comércio e serviço!?

Eu não sou engenheiro mas ali o Senhor engenheiro sabe...eu dividi isto por cento e quarenta metros quadrados por habitação e dá-me mil duzentas e oitenta habitações. E mais, cinco hotéis de cinco pisos, cada um com onze mil e quinhentos metros quadrados e dois mil oitocentos e cinquenta metros de estacionamento!

Gostaria que me dissessem o que é que pensariam de um empreendimento deste tipo? E penso que toda a gente diria: oh pá, está perfeitamente desajustado, é uma monstruosidade! Aliás, o que foi chumbado, não tinha nada disto. Mas estes números que eu apresentei é apenas a aplicação da regra proporcional daquilo que vai ser construído na antiga lota. Pode parecer impossível mas não é. É só fazerem as contas, multiplicarem em termos de terreno dos cento e vinte mil metros quadrados ou seja três hectares para os sessenta hectares, façam-lhe as contas e vejam quanto é que é!

É óbvio que aquilo que está proposto para a zona da antiga lota é um quinto daquilo que eu disse, mas as áreas são proporcionalmente cinco vezes superiores — entenderam o que eu quero dizer? Certamente.

É óbvio que estamos a falar de um empreendimento este na cidade de Aveiro o outro no concelho de Ílhavo. Este em ZPE o outro em ZPE! Enfim, serão empreendimentos semelhantes. Um que é implementado aqui em doze hectares o outro que seria implementado em cerca de sessenta hectares...”

Vogal António Salavessa (PCP)

“Dr. Raúl, um em terrenos que já existem e outro com aterro novo na Ria. Olhe que isso é diferente.”

Vogal Raúl Martins (PS)

“Se me deixar continuar eu dir-lhe-ia que é verdade, que isso acontece. Mas se quer recentrar como alguns pretendem, por que é que não se volta ao antigo projecto? Ou melhor: é que o outro era com direitos privados e ainda revertia dinheiro para o erário público; este é feito em terrenos privados, mas com dinheiros de todos nós, porque é subsidiado pelo Governo e por subsídios da Comunidade Europeia.

Depois gostaria de perguntar: Clubes náuticos? E o estacionamento dos barcos? Então podia-se fazer os Clubes náuticos perfeitamente em Oliveirinha, porque de facto ficam lá os Clubes náuticos em Oliveirinha sem estacionamento, mas ali também não há.

Eu espero que algumas pessoas e algumas muito responsáveis em termos ambientais que já o foram neste país, não tenham posições diferentes quando olham para uma coisa e quando olham para outra. E principalmente (e isso é que me custa dizê-lo), quando uns não estão envolvidos para prestar determinados serviços e noutros estão.

Quanto à área que está entre o TIR/TIF... ah!, em números normais (e é bom que a gente se entenda), se nós tivermos a avaliar o tipo de construção que vai ser lá feita e só avaliarmos a construção para habitação, comércio e serviços e o hotel, se nós tivermos em conta os preços por que a Câmara por exemplo fez o último leaseback (e suponhamos que vamos em princípio partir que os valores dos terrenos serão semelhantes) nós estamos aqui a falar de

quatro milhões e meio de contos de área construtiva que vai ser vendida! É bom que nós tenhamos em atenção que obviamente isto não é um processo imobiliário, mas a noventa contos o metro quadrado, ou seja a quatrocentos e cinquenta euros o metro quadrado, só contando e dando de barato as outras áreas todas, só contando com o hotel e contando com as áreas de habitação, estamos a falar de quatro milhões e meio de contos a preço obviamente que eu penso que são de mercado para esta área, que são de noventa contos o metro quadrado de área de construção.

Clubes náuticos. Eu volto a dizer: é uma pena que aquela zona fronteira não seja aproveitada para estacionamento dos clubes náuticos. Eu acompanhei alguns dos clubes náuticos que estão ali instalados (dois mais propriamente) no estrangeiro. E tive o grato privilégio de assistir àquilo que um grupo de aveirenses faz pela sua terra. A ponto de ser considerada numa das maiores revistas do mundo de Vela, ser considerada um dos melhores locais do mundo para permanecer. O meu espanto redobra, quando eu vejo a ocupação que é dada àquelas marinhas na zona do TIR/TIF chamemos-lhe assim. Que vão do canal central até ao TIR/TIF, incluindo o próprio TIR/TIF.

Eu tenho alguns amigos de Lisboa que são particularmente amantes das aves. E, antigamente, andava a dar umas voltas com eles pela ria para eles tirarem umas fotografias; propriamente fazem fotografia. Trago-os a Aveiro, e antigamente precisava de dar uma volta com ele pela ria, mas ultimamente não preciso. Ele dirige-se aquela zona e consegue fotografar quase todo o tipo de animais que existe na ria. Borrelhos (os normais e os borrelhos de coleira interrompida); Fuselos; Maçaricos (aliás, este Inverno houve uma colónia de Maçaricos que permaneceu cá); Patos Reais (olhem até há lá pelo menos dois casais em nidificação que eu por acaso descobri); Patos Bravos; Mergulhões; Marrequinhas — e já lá vi Garças Reais; já lá vi de outro tipo de Garça, as garças mais comuns, Garçotes.

Agora anda lá, se vocês verificarem, anda a ser começada para trabalhar aquela marinha que não sei como é que ela se chama, que é a marinha a seguir à Troncalhada, e hoje se forem lá ou amanhã se puderem lá ir, encontram para aí trinta ou quarenta Alfaiates e alguns Pernilongos no meio — enfim, onde se quer construir uma Pousada da Juventude!? Quem teve o privilégio de ver há meia dúzia de dias, ainda há pouco tempo como eu vi, foi o sítio onde pousaram desta vez os Flamíngos. Estavam lá dezasseis Flamíngos — contei-os eu. E naquela zona existem também como sabem, uma vez que ainda há relativamente pouco tempo foi atropelada naquela estrada N109-7 e foi morta, uma Lontra.

Quer dizer, se em alguns sítios há conservação das espécies, não me vão dizer que ali não há espécies! Não me vão dizer que aquela zona que é de nidificação, não me vão dizer que não é importante para o sistema ecológico da ria.

Mas talvez se fizerem... eu proponho é que debaixo da Pousada da Juventude se façam umas barraquinhas, umas para acomodar os Flamíngos e outras para acomodar as Lontras, umas mais pequeninas para os Fuselos, enfim é capaz de ficar giro.

Por outro lado temos o problema do TIRTIF. É que é necessário indemnizar eventualmente a empresa que lá está no TIRTIF. Mas se isso não é problema que se levante, há que pensar no custo dos terrenos — porque toda a gente julga que aqueles terrenos são terrenos do domínio público! E eu gostaria de dizer, que na zona que está implementado o TIRTIF há terrenos do domínio público, mas há parte que são terrenos privados. Porque são só terrenos do domínio público aqueles que resultaram do enchimento daquele triângulo que ali havia junto ao “Lago do Paraíso” — quando foi para fazer aquela zona, e aquando foi da construção daquela zona.

E já agora gostaria de perguntar também, em que ponto está a aquisição à A.P.A. dos terrenos da antiga lota? Porque na altura fizemos aqui um acordo e que eu fui vaiado por alguns senhores nomeadamente, naquela altura, lembra-me ali do Prof. Coimbra que

bastante me criticou por ter proposto a venda daquilo à Câmara. E que foi aqui aprovado na altura por quinhentos mil contos! Mas e se agora for um milhão e meio ou dois milhões de contos, não me vai vaiar ou continua-me a vaiar!? Aliás, nem outra coisa seria de esperar: uma venda de um terreno que tem aprovado para construção em cima (só o valor da habitação e do hotel) quatro milhões e meio de contos!? Mas eu fui vaiado não foi por isso, fui vaiado na altura por estar a prejudicar fortemente e estar a roubar a Câmara de Aveiro! Compraram-se marinhas e venderam-se terrenos não é! — o problema é que aqueles terrenos agora valem no mínimo quatro milhões e meio, cinco milhões de contos.

Senhor Presidente da Assembleia, eu gostaria de falar de uma outra coisa. Enfim, eu não contesto aquilo que vai ser feito na ponta, mas contesto aquela estrada que vai ser feita a meio!? Ou melhor, apetece-me também brincar um bocadinho, como penso que algumas pessoas ainda há pouco tempo brincaram quando pretendiam que o comboio passasse em Aveiro por um túnel. Se o comboio que tem três metros de largo não podia passar ali porque era preciso passar por um túnel, por que é que o raio da saída da IP5, para ali, não há-de ser toda em túnel até cá à frente?

Porque é que vamos aterrar mais uma marinha? Mais, sendo também como as outras zonas eram uma zona interdita onde durante a meia-maré e as marés-baixas, muitos animais, muitos pássaros da ria, muitas aves aquáticas tem a sua nidificação.

Depois ainda me lembro de um aspecto, que era o aspecto social. Vocês lembram-se de ouvir falar do aspecto social dos apanhadores de marisco não sei aonde? Vocês que passam lá todos os dias nunca viram lá indivíduos que passam a sua vida lá, todos os dias, a apanhar isca? Então para esses não vai haver desemprego? Há só para uns e não há para outros!? Tudo isto faz-me lembrar que nós somos todos iguais de facto, mas há uns que são mais iguais que outros.”

Presidente da Mesa

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Obrigado Senhor Presidente. Eu começava por fazer uma pergunta, porque dá-me a ideia que no programa Polis vamos ter o caminho-de-ferro que atravessa a Freguesia numa parte da Freguesia da Vera Cruz. Eu, dá-me a impressão, se não estou em erro, que no Porto Comercial já começaram a implantar os carris que vêm por aí fora. E eu gostava que me explicassem depois em pormenor onde passa de facto, em que zona da Freguesia da Vera Cruz passa o caminho-de-ferro.

Depois, ao vermos realmente o programa Polis (como foi dito aqui) é um programa fundamental para a classificação urbana e zonas ribeirinhas, e que existe uma relação importante com a água. O que nos vai dar à partida, pensamos que sim, uma imagem de mais qualidade dos canais e em si, e daquilo que poderá ser no futuro a ria. E não podemos deixar de desassociar quando falamos da relação com água e com a ria. Nós todos sabemos o que podemos usufruir desta mesma ria em termos de turismo, de lazer, e porque não em desportos náuticos.

Um desporto náutico, quando nos começamos a lembrar dos desportos náuticos, o que é que vem à tona d’água? O Clube Galitos.

O Clube Galitos neste momento está a comemorar o seu centenário. O Galitos (todos somos de Aveiro) todos sabemos que é um Clube que nos diz muito pela sua natureza humilde, popular, e de um bairro de cagaréus, de aveirenses ilustres, que deram grandes glórias Aveiro, ao ponto de ainda hoje se lembrar com saudade a sua equipa de remadores olímpicos.

Um Clube onde os seus associados tudo fazem para que Aveiro seja visto e ouvido sempre. Para que o galo cante mais alto. Por isto e por muito mais, hoje nesta Assembleia

recomendávamos, propúnhamos, à Câmara aqui representada pelo Senhor Presidente, que fosse dado este ano ao Galitos no seu centenário a Medalha de Ouro da cidade. Obrigado Senhor Presidente.”

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado Senhor Presidente. Gostaria de começar por dizer, não querendo de modo algum favorecer a classe, mas que muito me satisfaz estar aqui hoje a dar se possível um pequeno contributo para um Plano que em primeiro lugar gostaria de dizer que considero bem elaborado.

Em primeiro lugar, considero que é um Plano que apresenta uma metodologia de trabalho muito interessante, correcta, faz uma análise da situação existente muito pormenorizada, nomeadamente no ponto de vista ambiental. É um Plano que demonstra muita reflexão perante os problemas da nossa cidade. Considero ainda, que há uma dificuldade que este Plano teve de gerir, e cerzir aqui uma questão muito importante que é o planeamento que tem vindo a ser feito nesta cidade. Que de certa forma, até ao surgimento do Plano Estratégico foi um pouco avulso, mas que neste momento este Plano está então como disse a cerzir um PDM, um PU da Cidade, um estudo da N109, um estudo das Agrads do Norte, um Plano Sá-Barrocas. E tem esta função porque ele tem uma interferência muito forte sobre a estrutura viária da nossa cidade e daí que vai interagir com todos estes instrumentos. Instrumentos que me entristece dizer, mas que foram algumas vezes pedidos à Câmara para melhor analisar este Plano e não foram fornecidos. Nomeadamente o estudo da N109, que me parece ser de bastante interesse para a análise da zona mais a Sul do Plano, naturalmente a zona do parque da cidade e a construção da N109.

Bom, então como eu dizia, é um Plano que herda estes compromissos todos e que realmente logo por aí nasce de pés um bocadinho amarrados. Mas considero que conseguiu realmente trazer tudo isto a bom termo. Há ainda uma questão que eu acho fundamental e permitam-me esta divagação que se calhar não tem directamente a ver, mas há aqui uma questão muito importante que é: estar a ser feita uma gestão flexível do território, coisa que muitas vezes não tem aparecido nesta cidade e agora com este Plano penso que está a ser introduzida. E digo isto, porque este Plano é um Plano de Urbanização como todos sabemos, mas nasceu da soma (e espero não estar a cometer nenhuma falta ao dizer isto) de uma série de Planos de Pormenor, e por uma questão de operacionalidade passou para a figura do Plano de Urbanização.

Ora eu penso que só teve a ganhar com isto. Exactamente pela flexibilidade que adquiriu. Estamos aqui num misto de Plano de Urbanização e Plano de Pormenor, com uma variante de escalas imensa, assim como o nível do pormenor que elas representam. Bom isto pode ser muito bom a meu ver para o município e para toda a área envolvente, já que realmente pode permitir que esta gestão seja feita de acordo com as necessidades do momento.

Há aqui contudo ao nível do processo uma coisa que me desagrada também. Já não tem directamente a ver com o Plano, mas com o modo como ele está a ser executado. E dizemos executado porque todos sabemos que já estão a ser lançados concursos! Já estão obras prestes a arrancar. E se entretanto, afinal, nós hoje aqui todos dizíamos: Não, Senhor! Vamos virar isto de pernas ao ar. Pois claro que era muito difícil que isso acontecesse. Pelo menos haver uma mudança radical. Contudo penso que é uma debilidade que se calhar poderia ter sido evitada sem grande prejuízo e sem obviamente correr riscos.

Passando a alguns pontos mais específicos. Lamento que tenha havido um erro nas plantas, nomeadamente na planta de apresentação, mas os “equipamentos” não condizem com os números da legenda. Não condizem com os números que estão na planta representados. Se

nós olharmos por exemplo para o “hotel da lota”, ele aparece dizendo que é o “museu” ou qualquer coisa. Está tudo um número à frente ou muito me engano.

Não aparece por exemplo o equipamento número quinze, se não estou em erro, e há dois, catorzes. Assim, uma série de coisas que nós conseguimos ler mais ou menos na planta se olharmos para a legenda à frente do número que estamos a ler, dá uma coisa parecida. Bom é uma falha que dificulta um pouco a leitura.

Relativamente às áreas de construção. É um acréscimo muito grande sem dúvida as áreas de construção previstas para esta cidade! Qual é o prazo de execução deste Plano? Isto é um Plano a cinco anos, é um Plano a dez, a quinze, a vinte!? Ora, se nós pensarmos no prazo de vida deste Plano se calhar verificamos que afinal estas áreas de construção até poderão estar ajustadas ou eventualmente poderão manter-se demasiadamente altas. Claro que se nós fizermos as contas às famílias (como fez o Dr. Raúl Martins e muito bem), são números um bocadinho assustadores. Mas ao mesmo tempo também se formos ver os números que temos aqui no Plano do Centro, são mais assustadores ainda.

Neste momento eu penso que relativamente à lota que é a situação mais delicada se calhar, a área de construção entenda-se “habitação”, não me parece que seja demasiado grande. Contudo, se calhar não em área mas em escala, não concordo. Penso que o desenho não terá sido, em meu entender naturalmente, o mais afinado possível. O desenho para a zona como nós conhecemos dos “Bóias”, parece-me que é um desenho que está fora de escala. Assim como também está a zona da lota. Contudo a zona da lota é uma zona nova, desgarrada, é um pontão da cidade, enquanto a zona dos “Bóias” não o entendo desta forma e considero que a escala está desajustada. Por que não agarra o que está para trás? Considero ainda que a solução viária que se pretende que seja menos viária do que é actualmente. Valorizar a pessoa e não o automóvel parece-me correcta. Contudo o desenho não me parece ser o mais feliz.

Relativamente ainda alguns aspectos específicos gostaria de dizer uma coisa, que é na zona da lota. Introduce-se habitação quando também queremos introduzir equipamento!? Será que vamos ter aqui mais uma situação do estilo em que pode aparecer o conflito existente neste momento na Praça do Peixe? Quais serão os tipos de equipamento, são de lazer? Eu considero que é fundamental que haja uma inter-funcionalidade de todos os momentos da cidade, para que nenhum deles seja morto a uma determinada hora do dia.

É correcto, é sabido por todos que assim deve ser. Agora, neste caso estão acauteladas distâncias? O que é que está previsto para os equipamentos de lazer? Será que vamos permitir que se abra um bar no rés-do-chão dum prédio? É que estamos aqui perante áreas mistas!

Há zonas específicas para isso porque há realmente um eco modelo, se não me engano, é um nome semelhante, ou museu da ria, ou assim uma coisa. Há um edifício para a Universidade, há um outro equipamento que já não me recordo exactamente o que é, penso que é para desporto ou para a zona náutica. Será que aí vão surgir alguns bares? Será que vamos ter mais uma Praça do Peixe? Bom, penso que é necessário verificar essa situação. Acho que sim, lá deve ter algures com uma distância de segurança habitação, mas tem que ser realmente acautelado porque senão é mais uma chatice. E a mais-valia de uma habitação numa zona que poderemos considerar de luxo perde-se exactamente pelo cafezinho ou o bar, que lá possamos pôr.

Ainda uma outra questão que é relativamente à zona da N109. Em primeiro lugar eu gostava de ser esclarecido sobre o que é a mancha vermelha que está ali, como se vê na tela, a mancha vermelha logo a cima e à esquerda do parque, aquela mancha grande que fica assinalada como área de equipamento na planta de zonamento? Eu não vi referência ao tipo de equipamento. Penso que é o Pavilhão multiusos, mas está previsto para dentro do parque? Será o D2 da planta de zonamento? Não sei se estou errado, penso que é o

pavilhão multiusos. Agora, o que é aquela mancha vermelha? Penso que ela não aparece descrita nas plantas, e com aquela dimensão? Se calhar seria interessante aparecer referenciado.

Relativamente ainda à zona de construção prevista para o parque da cidade. Eu não vou dizer se é muito se é pouca. Eu vou dizer é uma coisa (já me estou a repetir), não me foi fornecido o estudo da N109, nomeadamente do perfil da N109. E já uma vez tive a oportunidade de referir que se vamos transformar a 109 numa avenida é necessário que esta avenida tenha escala e é necessário que os prédios tenham dimensão. E pelo que me é sabido, eu penso que a 109 vai ter as faixas centrais para um trânsito mais regional e faixas laterais para trânsito residencial, correcto? Portanto isto vai dar uns metros jeitosos. Ainda vai aparecer ali um jardim pelo meio penso eu, pelo meio das faixas ou qualquer coisa, tenho a ideia disso.

Estamos perante uma avenida consideravelmente larga. Penso que é fundamental impor que os edifícios tenham uma altura mínima. Porque se não vamos estar perante uma avenida assim e uns prédiozinhos assim. Se nós fizermos uma avenida com sessenta metros de largura ou noventa, como já me chegou uma vez aos ouvidos e parece-me ser correcto, ora se nós tivermos noventa metros, um edifício com seis pisos por exemplo tem dezoito não é, isto fica um prédiozinho. E nunca vai chegar a ter um carácter de avenida.

Portanto, acho que é necessário, já que não está previsto neste regulamento, impor uma cêrcea mínima. Isto pode parecer brincadeira, porque normalmente andamos sempre a dizer é a cêrcea máxima, faça mais baixo, faça mais baixo. Eu não estou com isto a dizer que concordo com noventa metros de avenida, mas já que vão ser feitos então que se dê escala à avenida. É esta a minha opinião e para já ficava por aqui. Muito obrigado.”

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal Pedro Machado (PS)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Depois de várias reuniões estamos a discutir um dos pontos mais nobres de discussão desta agenda, que já vai longa. E exactamente por me parecer um dos pontos mais nobres, considero que mais uma vez e por aqui começaria, que a forma com que a Câmara encara a discussão de assuntos como este nesta Assembleia, é tudo menos nobre.

É uma forma normal, é uma forma vulgar, é uma forma comezinha, trata isto da mesma forma que eventualmente, em reunião de Câmara tratará a cedência de plantas para um jardim-de-infância ou para uma colectividade.

Com o pequeno aparte de após algumas críticas que aqui foram tecidas nomeadamente, à qualidade deste documento assinado por representantes dos diversos ministérios, de ter tirado da manga ou da cartola um coelho que foi esta explanação, esta explicação, nada mais do que filosófica (porque no campo das ideias apenas estamos) do Polis por um conceituado arquitecto, pertencente a um conceituado Centro de Estudos, comandado talvez por um ainda mais conceituado Arquitecto.

Ora bem, eu fiz parte e faço da Comissão de acompanhamento do programa Polis de Aveiro e acho que aquilo que se passou em algumas das reuniões onde eu fui, é eventualmente porque não estão jornalistas, se calhar eventualmente não estão jornalistas, eventualmente porque não há necessidade de um ou de outro “brilhar” e eu nesse me incluo, foi muito mais produtivo, a discussão foi muito mais aberta, acho até que estive bastante mais participada. E dessa discussão não se pretendeu nunca retirar dividendos políticos como claramente esta Câmara e este nosso Presidente de Câmara, hoje aqui pretendem fazer.

Em primeiro lugar. Lamento efectivamente que o Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade no Porto seja nisto envolvido. A responsabilidade por explicar qual a filosofia que este programa Polis Aveiro encerra é da Câmara Municipal; as multas eram aqui de todos dispensáveis, ainda que multas de grande qualidade eventualmente até de carbono, como nas ultimas tecnologias, mas eram de todo dispensáveis.

E porque estamos na questão ou apenas e só no campo da metafísica ou até da filosofia, eu dispensaria no dizer dos juristas do “auxílio dos técnicos”. Dispensar, não quero dele saber para nada hoje aqui. Gostei da explicação, já a tinha ouvido noutras reuniões, mas não dispensar certamente aquilo que neste ponto concreto da Ordem de Trabalhos é obrigatório e fundamental, que são as explicações políticas do Senhor Presidente da Câmara e da Câmara Municipal de Aveiro, em relação às opções que tomaram ao claramente privilegiar o Polis Aveiro em relação a todos os outros instrumentos do Planeamento do território ou de Ordenamento do território ao seu dispor. E em muitos deles, alguns deles de extrema importância, e que conjugadamente utilizados com este poderiam ser isso sim um forte motor de desenvolvimento daquela que se pretende (pelo menos eu pretendo) que seja a capitalidade da grande área metropolitana de Aveiro ainda há poucos dias discutida em sede da Assembleia Municipal.

E começava então Senhor Presidente por lhe fazer algumas perguntas, Senhor Presidente da Mesa, para através de si fazer algumas perguntas directas e concretas e muito concisas e de resposta muito simples à Câmara Municipal de Aveiro.

Primeiro Sociedade Aveiro Polis. Qual a sua composição neste momento em termos percentuais, qual a composição neste momento do seu capital social, também em termos percentuais, e que percentagem do montante que cada accionista deveria realizar para esse capital social já está realizado por cada um dos accionistas?

Portanto qual a composição e quanto é que cada um dos accionistas já entregou como sendo a sua parte do capital social da sociedade Aveiro Polis.

Segunda questão (para seguir os conselhos do Dr. Candal). Qual a actual estrutura de recursos humanos da sociedade Aveiro Polis? Terceiro, qual a massa salarial actual da sociedade Aveiro Polis? Quarto, qual o volume total de obra previsto pela sociedade Aveiro Polis? Quinto, qual a planificação de obra prevista pela sociedade Aveiro Polis, se é que ela existe ou se não existindo, a Sociedade Aveiro Polis se limitará a gerir projectos imobiliários de algum maior ou menor relevante interesse político agora que se aproximam eleições autárquicas? Como claramente é o caso do Mercado Manuel Firmino, como claramente foi o caso a destempo da recuperação da Praça do Peixe, utilizada que será apenas e só como futuro argumento eleitoral.

Depois outros instrumentos de ordenamento do território. É triste que em lado nenhum deste conjunto de documentos que hoje nos foi entregue e noutros que temos tido acesso, se ouça alguém do Polis Aveiro, seja o Presidente da Câmara seja os responsáveis executivos da sociedade, seja o Centro de Estudos a quem foi encomendado este projecto e este Plano, referir-se uma única vez que seja a outros Planos de Ordenamento do Território!? A não ser neste pequeno parecer prévio, cheio de erros, gatado, mal redigido, onde se fala uma vez do Plano de Pormenor do Centro e naquilo que terão que ser as alterações por ele sofridas em virtude do aparecimento quase por geração espontânea, devido à pressa evidentemente, deste Plano de Urbanização Polis. São questões muito concretas, muito simples e muito rápidas.

Depois em relação ao Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Senhor Presidente da Câmara e Senhor Arquitecto, não leve a mal, são perguntas que nós (e perdoem-me eu falar directamente) da parte política temos mesmo que as fazer. Nada tem isto a ver com o mérito ou demérito que aliás é imenso o mérito do Centro de

Estudos que partiu do zero para fazer algo que pelo menos já é algo. Mas esta Câmara devo dizer, peço que diga, que explique, que elucide, qual foi o valor contratualizado com o Centro de Estudos da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, para a execução do Plano de Urbanização do programa Polis. Quanto é que se vai pagar? Quanto é que já se pagou até esta data? Quem vai ou qual vai ser o futuro papel destes senhores que aqui hoje nos apresentaram esta ideia de requalificação urbana? Qual vai ser o futuro papel? Quem vai fiscalizar a obra e estes senhores estarão nesse processo? São estes senhores que estarão no acompanhamento da obra? Se estes senhores estarão naquilo que for preciso corrigir à medida que o caminho se for fazendo neste Plano de Urbanização. Que até no dizer do Arquitecto Viegas que aqui esteve, não passa neste momento de um filosofia de requalificação e de reordenamento urbano — e efectivamente é isso.

E toda a gente fala, entrando agora em questões diferentes um pouco mais afastadas das comezinhas questões que já sei vou ser acusado de estar aqui a tratar, entrando agora nas questões mais, eu diria de estratégia, ou daquilo que pretendemos ser o futuro de Aveiro. Este Plano numa frase que é minha e por ela me responsabilizo: não me agrada. E não me agrada como leigo, como aveirense — tenho o direito de o dizer. Não me agrada este Plano. Não gosto até porque sempre se falou aqui na abertura da cidade à ria. Na fronteira que existe e que o IP5 traça entre a cidade e a ria. Na barreira visual e não só que o IP5 coloca entre a cidade e a ria. E aquilo que aqui temos não é o trazer a ria à cidade!

É muito mais um Plano penetrante do que um Plano que recebe. É muito mais a filosofia de quem lá vai fora do que a filosofia de quem abre as portas para que a ria entre pela cidade dentro. E eu não gosto deste Plano por isso mesmo, em primeiro lugar.

Não gosto deste Plano porque este Plano poderia ter sido muito mais ambicioso. Poderia perfeitamente ter incluído ou alargando ou encarando de uma outra forma o Centro da Cidade. As pontes que o Senhor Arquitecto falou e bem, poderiam ter pensado naquela ideia peregrina que muitos outros já tiveram (que não é minha), mas que tem o meu total apoio — a requalificação da Praça da Câmara. Deitar abaixo aqueles mamarrachos que lá estão. Abrir a cidade à ria era isso também. E abrir o corredor da Câmara Municipal e da Praça, àquele que é o canal mais nobre, que é o que entra dentro da cidade, que é o canal central. E isso nunca aqui foi falado. Nunca aqui foi dito, nunca aqui foi equacionado. Até porque por questões imobiliárias se calhar esses edifícios vão ter outro destino do que aquele que eventualmente deveriam ter se fosse o futuro de Aveiro que estivesse aqui em causa.

Depois não gosto deste Plano porque este Plano é claramente um Plano de especulação imobiliária! Diga-se o que se disser. Diga-se o que se disser é claramente um Plano que permite níveis de construção para mim, para os meus filhos e para os meus netos, que eu encarregar-me-ei de os defender, de os convencer se lá chegar. Este Plano é claramente um Plano que abusa da boa-vontade a nível da densidade de construção. É claramente um Plano que ocupa a água também, como aqui e muito bem aqui foram trazidos hoje pelo Dr. Raúl Martins. É claramente um Plano que também ocupa a água. Vai buscar zona a construir àquilo que hoje é zona de água. É água!

É também um Plano que interfere, interage e magoa e fere aquilo que é toda esta envolvente e que faz de Aveiro aquilo que Aveiro é. É um Plano também que artificialmente procura trazer (e notem eu estou a falar como leigo, mas como aveirense também. Posso não saber remar, posso nunca ter remado, mas também sou aveirense e destas coisas vou percebendo; pouco mas vou percebendo e vou dando a minha opinião), vai-se buscar a água e leva-se água, a custo de quê? De quanto? Como? Quando? E porquê não sei. Para zonas que não considero zonas nobres da cidade. Vai-se buscar a água e leva-se água para zonas onde se calhar podia pensar-se noutro tipo de soluções e não se pensou! E mais, é um Plano do qual eu não gosto porque é um Plano que se encavalita, que atropela, que é prepotente em relação aos outros Planos. Eu relembro que o Plano de Urbanização já foi aqui alvo de

uma discussão alargada. O Plano de Urbanização não existe já? Foi posto numa gaveta!? Numa qualquer gaveta, de um qualquer gabinete desta Câmara de Aveiro? Porquê esta predominância, esta prevalência do Polis sobre todos os outros e porquê a não prevalência da osmose, da interacção, entre todos estes Planos que estão à disposição? Porquê? Agora que a Câmara anuncia, como anunciou na semana passada, a pública intenção de abrir a discussão para a revisão do PDM ou processo de revisão do PDM, porquê nesta altura ser dado como adquirido, que este Plano é um Plano fechado. É assim?

Obviamente que as questões comezinhas da arquitectura, se é amarelo, se é azul, se é em tijolo, se é em pladur, se são os barcos de não sei quantos metros de calado ou não, se são chatas, se são moliceiros, isso não tem nada a ver com o assunto. Mas porquê a prevalência? Porquê a predominância? Porquê este acarinhar diferente deste Plano de Urbanização do Polis de Aveiro, em relação a todos os outros? Porquê? É algo que eu não entendo e por que não a convivência em sã, em escorreita harmonia e em tempo útil. Porque o Polis Aveiro pára na N109. O Plano de Urbanização caso os senhores não se lembrem vinha muito para cá da N109; interagia com o Polis Aveiro.

Esta Câmara não deixou e limitou o Plano de Urbanização para lá da N109. As novas acessibilidades como é que se vão entroncar aqui? Não há uma palavra que se diga na explicação que hoje aqui se dá sobre esta situação. Como é que vai entroncar, nesta solução da passagem desnivelada com a rotunda do hospital, etc. etc. Como é que as novas acessibilidades aí entram? Como é que este Plano de Urbanização do Polis de Aveiro, prepara Aveiro para ser a sede da grande Área Metropolitana de Aveiro? É um assunto recente, mas quem trabalha em planeamento já sabia há meses que este poderia ser um assunto premente que este podia ser um assunto actual e que este deveria ser um assunto contemplado por este Plano e por outros e pelos outros. Como é que isto é feito? Qual a lógica de Planeamento desta Câmara? Qual a lógica de Planeamento dos Senhores que discricionariamente encomendam ora a um ora a outro, corrigem ora aqui ora acolá, cortam aqui ou acolá, recuperam um Mercado aqui outro também ali, uns com maior dificuldade outros com menor, uns porque os vidros não vêm de Irlanda ou de Inglaterra ou de Itália ou não sei de onde, outros porque afinal as fundações estão podres e é preciso deitar tudo abaixo e construir de novo igual! Porquê esta desorganização? Porquê esta maneira de agir que parece aos nossos olhos que somos obrigados a estar um bocadinho mais atentos a estas coisas do que o normal cidadão — até pelas responsabilidades que trazemos connosco inerentes à eleição, ao sufrágio que nos elegeram.

Porque é que estas coisas não são claramente explicadas? E porque é que esta Câmara, persiste nesta maneira discricionária de utilizar os instrumentos que têm à mão, para continuamente atropelar aquilo que são as ideias, as vontades de outros que não pensam da mesma maneira? E eu dou-vos um exemplo: este pequeno papel assinado por não sei quantos representantes dos Ministérios, que só devem realmente ser pagos para vir assinar papéis destes (porque se calhar nem ler sabem), porque se soubessem nada disto deixavam passar pelo menos sem corrigir os erros ortográficos não é verdade, porque é que neste tipo de papéis a Câmara de Aveiro não diz; meus Senhores chega de assinaturas de cruz, chega de coisas que utilizamos a belo prazer quando delas precisamos, vamos então organizar, vamos então ordenar. Depois Senhor Presidente, também nestes papéis dizem aqui (e já vi escrito noutros, não critico só este) o Partido Socialista pela voz do Dr. Filipe Brandão, numa anterior reunião desta sessão, reclamava para o processo de revisão do PDM novos mecanismos de participação popular, para dinamizar, motivar e trazer as pessoas para a discussão. O Polis fez isso se calhar. Acham que fez? O Polis motivou? O Polis trouxe população? Se trouxe está aqui o resultado; quarenta e seis participações! Da ponderação das participações na discussão pública, de acordo com o relatório da discussão pública, resultou que as questões levantadas não eram de uma forma geral susceptíveis de

acolhimento! Aqui está, excepto uma, que o foi por ter sido entendido que ia ser implementada conferiria uma acrescida flexibilidade de ocupação de solo! Reparem na maneira bonita, engraçada, simpática, com que se diz: podemos construir habitação, comércio e serviços. Acolhemos aquela porque sugeriu construa-se mais. Vejam bem a maneira como de uma forma simples se mostra que afinal é aquilo que se quer. Acolheu-se de quarenta e seis, uma, porque se entendeu que as outras quarenta e cinco para nada prestaram. Se entendeu que essa única conferiria a ser implementada uma maior flexibilidade de utilização dos solos. Está certamente essa participação a sugerir que se aumente, que se cave, que se aumente a possibilidade de barcos de maior calado navegarem no canal central. Será do solo lodoso que estamos aqui a falar? Ou será a construção ou a densidade de construção? Era uma pergunta directa que também fazia. Quem fez essa participação que foi acolhida? Como se chama a pessoa ou o gabinete, a estrutura, a entidade que fez essa participação que foi acolhida e qual o teor dessa participação que foi acolhida? Quem disse o quê? Construa-se mais! Construa-se mais em altura!

Terminava Senhor Presidente dizendo que, e por último, não gosto deste Plano porque é um Plano que age sobranceiramente também com aquilo que o Partido Socialista aqui reclamou pela voz do Dr. Filipe Brandão “participação pública na revisão do PDM”.

Este Plano tal qual está já vai ele próprio ser uma fonte de condicionalismos severos e fechados da revisão do Plano Director Municipal. E esta Câmara sabe isso muito bem. E esta Câmara é isso que nos está aqui a pedir que aprovemos hoje. É que o mecanismo de revisão do PDM seja também ele próprio e por aqui já condicionado em grande parte aquela que seria a sua latitude ou o seu raio de acção. Diria para terminar Senhor Presidente, que me parece e notem que eu não discuti nem discutirei (recuso-me a fazê-lo em frente aos técnicos), uma única via de urbanização, uma única estrada, uma única rua, um único canal, um único calado, uma única cércea. Nada. Não discuti nada disso nem discuto em frente aos técnicos. Aquilo que eu aqui discuto é apenas e só a filosofia política que está por trás deste Plano. E a filosofia política que está por trás deste Plano para além de já estar atrasada — porque o relógio não parou. Porque esta Câmara também não teve a coragem política de o parar e de o dizer publicamente. É por culpa do Governo que o relógio não parou! Esta Câmara também ainda não teve essa coragem política, vai fazê-lo se calhar, não sei, vamos lá ver. Mas é apenas e só política e de filosofia política que aqui se trata. Esta é claramente a filosofia política do Partido Socialista à frente dos destinos da Câmara de Aveiro. Este não é o nosso Plano, pela pouca participação, pela sobranceria em relação aos outros, pela prepotência com que trata os outros instrumentos de ordenamento do território. Este Plano a mando da Câmara Municipal de Aveiro introduz claramente naquilo que pretende ser chamado de requalificação urbana da cidade de Aveiro. Se de requalificação urbana se trata, a recuperação da Praça do Peixe, a recuperação do Manuel Firmino e o Calado mais ou menos sustentável no Canal Central — este Plano não serve. Isso não é recuperação urbana. A recuperação urbana que o Senhor quer não é claramente a recuperação urbana que nós queremos para a nossa cidade. Muito obrigado, Senhor Presidente.”

Vogal Maria Isabel Velada (PS)

Vogal António Granjeira (CDS/PP)

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS)

Presidente da Mesa

Vogal António Salavessa (PCP) Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu queria primeiro que tudo agradecer a intervenção e os esclarecimentos que o Senhor Arquitecto forneceu à Assembleia, independentemente dos incidentes processuais e das questões processuais. Acho que foi um contributo para o nosso esclarecimento e para a clarificação das nossas situações e penso que o Senhor Presidente também já em nome de todos fez essa referência.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu queria ouvir de viva voz por parte do Senhor Presidente da Câmara de Aveiro qual é a apreciação que a Câmara faz relativamente à discussão pública, a objecções e observações, comentários e sugestões, colocadas pelos munícipes que entenderam o dever de participar do processo de inquérito público e a natureza da resposta e o porquê das respostas. E principalmente queria ouvir do Senhor Presidente da Câmara, por que razão é que tendo havido quarenta e seis contributos no processo sobre a discussão pública se concluiu que esses contributos, observações e reclamações, não eram susceptíveis de serem acolhidos em certo Plano com excepção de uma. Curiosamente a única excepção que foi acolhida é de uma empresa imobiliária que pretendeu alterar as tipologias de construção na área. Eu só quero que a Câmara esclareça. Seriam assim tão más e tão fora do contexto as outras e apenas a empresa imobiliária é que acertou na “muchê” — é que então alteraram as tipologias de acordo com a sugestão!

Também queria deixar claro e não podia deixar de referir que não considero do mesmo modo a Marina da Barra e a intervenção Polis no nosso concelho. Portanto não se pode confundir uma intervenção no leito da ria. O Polis não prevê nem um metro cúbico de aterro e eu queria que isto fosse confirmado ou negado, não prevê nem um metro cúbico a entrar em zonas alagadas e que até pelo contrário prevê o aumento das superfícies da área aquática na área de intervenção. Não posso confundir pelo menos (e referindo-me apenas à zona da lota e à zona ribeirinha), aquilo que é requalificação de uma zona degradada, confundir com uma nova intervenção no leito da ria. São coisas completamente diferentes e que não podem nem devem ser confundidas.

Entretanto Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu não posso deixar de repetir o que a seu tempo disse. É que embora não seja isso que esteja aqui em discussão, é que não concordo com o modelo Polis. Não concordo com o modelo Polis porque passam a ter um papel muito significativo e uma intervenção na área do município de sociedades em que o município é sócio minoritário!? E isto é uma questão de princípio de funcionamento do modelo com o qual não concordo. E não concordo com a criação artificial de um assim denominado Plano de Urbanização Polis, que aqui vem portanto com uma determinada escala e para um determinado nível de análise muito distante. Conforme foi até referido dos projectos concretos que vão ser implementados em termos de escala. Quando aquilo que seria natural no caso concreto de Aveiro seriam um conjunto de Planos de Pormenor: um para a lota; um lá para cima para a zona do parque, etc. Permitiriam uma leitura a uma escala diferente e de projecto, completamente diferente. Esta maneira de cozer aquilo que são intervenções completamente distanciadas umas das outras e que justificavam Planos de Pormenor — desde cozer com aquela linha de água, é de facto um arremedo para de uma só vez e a uma escala diferente tratar uma coisa que merecia ser vista com mais pormenor. Por isso mesmo nós vamos ter essa originalidade de termos dois Planos de Urbanização para o mesmo espaço urbano. Um está dentro do outro — é uma coisa perfeitamente original, a criatividade também conta, valha-nos ao menos isso. Vamos ter um mini-plano dentro do grande Plano. E acima de tudo, o que não aceito, não concordo, (aceitar tenho que aceitar) com uma discussão separada do Plano de Urbanização da Cidade e desta intervenção Polis. Não aceito também, e já o disse repetidamente, é só uma questão de hoje

que estamos aqui ter oportunidade de reafirmar coisas que já disse anteriormente, a crescente carga construtiva que esta intervenção tem nomeadamente ao nível da habitação. Portanto, de níveis quase inexistentes ou praticamente zero tem sido progressivamente aumentada a carga construtiva, porquê? Para viabilizar em termos comerciais? Em termos de custos de projectos e de haver rendimentos desta intervenção?

Também não concordo que o Senhor Presidente da Câmara assine e mande publicar o decreto a anunciar a realização de um inquérito público e que depois seja o Senhor Director Executivo da Sociedade Aveiro Polis a responder às pessoas que participaram no inquérito público convocado pelo Senhor Presidente da Câmara! Quero deixar muito claro que isso não significa qualquer desconsideração pela figura do Senhor Eng.º Matos Rodrigues. O Senhor Engenheiro Matos Rodrigues é o Director Executivo da Aveiro Polis, não é o Presidente da Câmara. Mas eu não posso, não vejo bem, não concordo, que quem escreve ou quem assina “que nem sempre é possível conseguir que as melhores soluções sejam consideradas óptimas para todos os municípios” que seja o Senhor Engenheiro Marques Rodrigues e não seja o Senhor Presidente da Câmara. Esta é uma afirmação que cabe ao papel do Presidente da Câmara e não ao Director Executivo da Sociedade Aveiro Polis. Tal como não entendo que quando se escreve que “a intervenção prevista no Plano para a zona das Pereiras, antecipa as futuras características da estrada nacional109, deixará de ser actual estrada para ser redimensionada como via urbana” acho que isto devia ser assinado pelo Presidente da Câmara. Aliás, que convocou o inquérito público. Portanto acho que aqui há uma confusão que resulta deste modelo, desta coisa esquisita que é este processo do Polis, que com certeza os intervenientes são estranhos, mas que produz estes paradoxos que não deveriam existir.

Também queria deixar claro que há demasiado tempo não reúne a Comissão de Acompanhamento do Polis.”

Presidente da Mesa

Vogal António Manuel Coimbra (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

D

“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu julgo que o tipo de questões que foram colocadas dispensam o apoio do Senhor Arquitecto Viegas, a quem eu queria agradecer publicamente a disponibilidade para estar presente na nossa Assembleia e ter prestado os esclarecimentos que prestou e o excelente trabalho evidentemente que está subjacente e que todos puderam testemunhar.

Bem foram muitíssimas as questões e eu fiquei mesmo surpreendido por algumas delas, porque de facto esta Assembleia já tinha tido oportunidade de as esclarecer, mas é verdade que já lá vai algum tempo e portanto é natural que as dúvidas tenham surgido de novo.

E gostava de lembrar o seguinte e começando pelo princípio que é a questão da extensão e da área de intervenção do Programa Polis. A Câmara queria recordar que nas negociações que precederam à aprovação do programa conseguiu estender aquilo que era apenas a área da lota, conseguiu estender a área de jurisdição do Programa Polis para toda aquela área que ali aparece identificada e que agora nos é familiar. E portanto, peço-vos que avaliem bem o sucesso dessas negociações, porque transitámos de um pequeno Programa Polis que abrangia apenas a área da lota para toda aquela área que agora é pública. Evidentemente podíamos ter ido até Oliveirinha, mas não foi possível. E também não foi possível incluirmos o Lago do Paraíso, que só por si é tão grande como tudo o que já ali está incluído e também não foi possível incluir a ribeira de Esgueira. Mas do meu ponto de vista e creio que de todos nós aqui, quer a ribeira de Esgueira, quer o Lago do Paraíso são

dois projectos por que Aveiro deve lutar com todas as suas forças. No caso do Lago do Paraíso em cooperação intermunicipal com Ílhavo, no caso da ribeira de Esgueira temos (se a memória não me atraiçoa) uma candidatura apresentada no seio da Associação Municípios da Ria para a requalificação da ribeira de Esgueira. E portanto penso que ninguém regateará enfim, o reconhecimento de que a Câmara foi até onde podia ir e com o âmbito de intervenção do Programa Polis.

Depois também queria tranquilizar todos porque houve essa prudência, esse cuidado, que este Plano de Urbanização do Polis de Aveiro está devidamente coordenado e articulado e foi ponderado, em função dos demais instrumentos de planeamento que estão em curso, estão em vigor, ou que se anunciam. Designadamente a começar com o Plano Estratégico de Aveiro que muitas vezes nos esquecemos e que justamente apontava a necessidade de se requalificarem as zonas ribeirinhas de Aveiro a que este programa cabalmente responde. Depois obviamente também com o PDM. E nos poucos casos em que é necessário alterar o uso previsto no PDM, o Programa Polis tem virtualidades através de ratificação em Conselho de Ministros para alterar pontualmente o nosso Plano Director Municipal. Também com o Plano de Urbanização evidentemente. Não foram esquecidos os trabalhos do Plano de Urbanização, continuam os trabalhos a decorrer e todas as opções que foram feitas no Programa Polis são absolutamente coerentes com o Plano de Urbanização e com outros Planos ou estudos urbanísticos que têm vindo a ser aprovados e estudados como seja o estudo das Agrads do Norte, o estudo da 109, o Plano do Parque Desportivo, está mais longínquo, o Plano de Pormenor do Centro etc. E, portanto, queria desse ponto de vista, e julgo que não foi aqui que foi suscitada a questão, mas não foi aqui apontada nenhuma incongruência, nenhuma falta de articulação, nada que não batesse certo entre os diferentes instrumentos de Planeamento que neste momento regulam a actividade e o desenvolvimento do território em Aveiro — queria dar essa garantia.

Depois para responder a uma das dúvidas, por que é que conseguimos que o Polis de Aveiro fosse fazendo obra, antes de termos o Plano aprovado. Exactamente porque tivemos uma atitude de gestão que foi muito activa. Não quisemos estar paradas à espera da aprovação do Plano e na medida em que os projectos em causa foram sendo consensualizados nas Comissões Locais de Acompanhamento e não dependiam da aprovação deste Plano porque são compatíveis como PDM, foi possível não focar parado e ir fazendo essas obras. Daí todo o conjunto de obras que eu comecei por enumerar e que julgo que também ninguém contesta aqui.

Depois também gostava de dizer ao Dr. Raúl Martins, não vou comentar o seu estado de espírito, certamente a motivação que esteve subjacente àquilo que disse e às críticas que fez. Vou limitar-me a algumas constatações de facto. É errado que o Polis esteja isento de estudos de impacto ambiental por ser um programa desenvolvido no âmbito e sobre a tutela do Ministério do Ambiente. É absolutamente errado. Pelo contrário, todos os projectos que nos termos da lei tiverem de ser sujeitos a estudos de impacte ambiental sê-lo-ão. Não podemos é confundir um Plano com um projecto. E isso foi absolutamente cumprido e tivemos de proceder a alterações significativas e profundas neste Plano para respeitar os pareceres das autoridades ambientais que nesta fase tinham de a dar parecer, como é o caso do ICN. Também é errado dizer que o plano da Polis esteja na ZPE. Está em perímetro urbano. Também é errado dizer que se vai aterrar marinhas por força do que está ali previsto. Também é errado, eu não percebi sequer e julgo que ninguém percebeu porque os documentos foram distribuídos, que estejam previstos cinco hotéis e a brutal área de construção que o Dr. Raúl Martins ali referiu.

De resto quanto às mais questões todos nós gostamos muito dos Flamingos e todas as aves que o Senhor Dr. Raúl Martins referiu. Infelizmente por uns lados as aves não estão sempre no mesmo sítio (o que é mau para as fotografias), mas felizmente para a sua sobrevivência

elas têm uma capacidade notável de adaptação e Tem aparecido em diferentes zonas da ria e até conseguem conviver com o IP5 (como o Dr. Raúl Martins referiu), com os barulhos dos automóveis, o que deixa muito nervosos e às vezes desconcertados os ambientalistas mais radicais. E, Portanto, nós devemos ter todo o respeito pelos dados que a ciência nos vai trazendo nesta matéria das Ciências do Ambiente, mas também perceber que a natureza nos surpreende e que as aves e os seres vivos têm uma capacidade de adaptação que faz com vão sobrevivendo e que os seus habitats não sejam postos em perigo. Mas isto, para dizer a todos que todos nós e os técnicos do ICN que nestas coisas são os “Papas” e são os mais difíceis e defendem acerrimamente estas matérias, puderam perceber que a Pousada de Juventude podia ser não uma agressão ambiental mas um instrumento de pedagogia ambiental. E nós conseguimos justamente sensibilizá-los que esta Pousada de Juventude pode ser a primeira Pousada de Turismo Ecológico. Como dizia o Arquitecto Viegas é tornar uma reserva ecológica visitável com todo o trabalho de pedagogia que isso pode ter e não tem que ser agressiva, pelo contrário pode ser muito bem integrada.

Depois houve um conjunto de questões que eu vou tentar responder. As áreas de construção que foram aí lembradas. Eu, em primeiro lugar, queria lembrar que a história de Aveiro em parte fez-se assim também. Foram-se ganhando aterros às marinhas e às zonas aluvionares e foram nascendo bairros. O Bairro da Beira-Mar, o Rossio, o Bairro do Alboi, foi assim que Aveiro foi crescendo ao longo da história e estamos confrontados com uma zona que por razões históricas, aterros recentes mas com 50 anos, já estão consolidados e em que novos usos devem ser permitidos para que aquela área não continue com a hostilidade social que tem, a degradação que a caracteriza, o carácter inóspito e de insegurança urbana ali às portas do centro da cidade. E isso pode ser feito com equilíbrio e com área de construção que é muito baixa. A densidade de área de construção que está para ali prevista é inferior ao índice que o nosso PDM prevê, justamente dada a qualidade de vida que queremos ali criar e a sensibilidade da área. E como também bem lembrou o Senhor Arquitecto Gustavo, uma coisa são áreas de construção previstas outra coisa são prazos em que essas construções vão aparecer. Porque uma coisa é aprovarmos este Plano outra coisa é pensarmos que daqui a dois anos todas as construções que estão previstas vão ser construídas. Não é assim. É um instrumento que fica como o nosso PDM que está em vigor desde 95 e que prevê áreas de construção que nunca foram construídas. É uma virtualidade que fica e que depende justamente da demografia, da natalidade, do sucesso e do desenvolvimento da nossa economia e da capacidade que Aveiro tiver para atrair mais habitantes. E, portanto, não temos que temer com a explosão de repente de construção em todas as áreas de planeamento que neste momento a prevêm. O exemplo do PP do Centro é também um bom exemplo a esse propósito.

Eventuais conflitos de usos como tivemos na Beira Mar. Já aqui tivemos essa reflexão. E justamente a resposta que se considerou ter de atender a uma das reclamações ou das sugestões que foram apresentadas foi para tornar aquela área com maior flexibilidade do ponto de vista dos usos. Pareceu-nos que era mais interessante em vez de concentrarmos toda a zona de equipamento numa das áreas ou toda a zona de habitação noutra área, permitir essa convivência com percentagens que dêem prevalência à zona de habitação numa das zonas e que dêem prevalência à zona de comércio e serviços noutra das zonas.

Isto pode ser muito interessante e flexibiliza toda a gestão do território. Nós temos belíssimos exemplos. No Fórum há a convivência absolutamente pacífica entre habitação, comércio e serviços e ninguém se queixa. Justamente porque as coisas nasceram de raiz, e porque a técnicas construtivas e as entradas e saídas e a distribuição dos espaços tudo isso está previsto para que os moradores não sejam perturbados. É possível fazer isso hoje em dia e também é possível fazer dar predominância ao sector da habitação apenas com a

pequena loja de conveniência ou com pequeno comércio de apoio. Foi por isso uma opção que a equipa achou interessante e que não compartimenta tanto aquela zona.

Depois, é evidente que em relação aos proprietários o programa Polis é um programa que respeita a lei. Portanto ninguém vai ser esbulhado, ninguém vai ser espoliado, todas as intervenções que se fizerem implicam as indemnizações correspondentes, as negociações que for possível fazer, as periquações como no caso do Parque a área verde sai a uns e a área de construção sai a outros, tem que haver obviamente equidade e os equilíbrios de interesses entre todos os proprietários e o interesse público. E eu diria que se saiu a terminação a alguns proprietários - não é verdade porque os seus interesses têm que ser devidamente acautelados – saiu a sorte grande ao município. Deixem-me dizer-vos que esta ideia de agarrarmos em termos de planeamento esta zona do “parque central” é anterior ao programa Polis. Era uma ideia que nós na Câmara já tínhamos. E implica de facto ali uma alteração em relação àquilo que o PDM prevê, que prevê ali uma brutal área de construção. Portanto quando nos dizem aumentamos muito a área de construção, não. Nós aquilo que fizemos foi reduzir a área de construção que estava prevista no PDM e puxá-la para uma zona lateral como ali se vê, articulada com a N109 e agarrando aquele terreno que é a última oportunidade que nós temos em Aveiro possuímos um grande “parque central” de características urbanas. É uma área que só por si é maior que a baixa de Santo António, o Parque D. Pedro e o Parque de Santiago – os três juntos. Portanto peço-vos que avaliem a importância que isso significa e sobretudo se pensarem que à medida que esta N109 se vai municipalizando e urbanizando como está a acontecer felizmente, o lado de lá da N109 reforça a centralidade deste Parque.

E também diminuámos a área de construção na lota, gostava de lembrar isto. Entre a versão inicial que foi submetida ao ICN esta versão nós diminuámos 10 mil metros quadrados de construção (área de construção bruta). Também desse ponto de vista fomos sensíveis aos argumentos do ICN. Como fomos sensíveis noutras questões como a mudança do local do porto de abrigo, em que tivemos que considerar que os argumentos eram pertinentes. E é por sugestão do ICN que o porto de abrigo aparece onde está e não do lado de lá das marinhas que é uma zona ainda intocável do ponto de vista urbanístico — ao contrário do que acontece naquelas duas marinhas que estão entre uma via rápida e uma via que já lá está do outro lado. E portanto tivemos aí um bom trabalho de humildade de planeamento, de humildade política, humildade técnica, procurámos ouvir os outros, defender as nossas ideias com toda a firmeza, mas tivemos de reconhecer que trabalho de planeamento numa zona sensível tinha de (para ser bem feito e com sucesso) saber acolher as observações, as críticas e as recomendações que a autoridade ambiental nos fizesse e o resultado parece-nos que é um resultado muito equilibrado e muito interessante para Aveiro.

Novo canal das Barrocas. É uma ideia que eu tenho a maior simpatia, mas que terá de ficar para o futuro se as finanças melhorarem.

Acesso ao IP5. É lamentável o que passou e o que se continua a passar. E a Polis não pode ficar dependente destas burocracias e destas incapacidades de decisão que o país em muitos níveis da administração ainda tem. Portanto, por essa razão, sem abdicar dela temos de andar para a frente e que a autorização venha a ser concedida. E esta ligação directa da zona da “Mina” do final de Avenida de Sá Barrocas, entrada e saída na mão para o IP5 é absolutamente fundamental para Aveiro. Não apenas para desanuviar essa área, mas também para desanuviar a zona das pontes que fica congestionada por força de não existir alternativa.

Os túneis na zona da Universidade. O Senhor Arquitecto explicou isto muito bem. Realmente continua a ser necessário nós termos uma escapatória para quem vem a entrar em Aveiro pelo Sul. E portanto, aquela Avenida da Universidade que atrai o trânsito para a Calouste Gulbenkian, a ideia é que a partir daí haja um túnel que deixe fluir o tráfego

directamente ou praticamente até ao IP5, melhorando toda a envolvente à superfície e criando-se uma enorme praça onde agora está uma rotunda. Criando-se uma enorme praça verde que é uma belíssima porta de entrada. O pórtico da Universidade se quiserem, com a sua relação com a cidade. Toda essa zona pode ser melhorada se o tráfego poder ser ali enterrado. É uma ideia, esperemos encontrar os meios de financiamento para ela.

Canal do Paraíso. Só um esclarecimento. Aqueles veios que ali vêem estão lá mesmo. E que praticou remo no Clube dos Galitos teve o privilégio de passar naquele veio mais profundo do Lago do Paraíso. Cada vez está mais assoreado, realmente já quase não se nota, mas na maré vazia ainda se nota (ouvem-se vozes). Nós sabemos que esse Lago da Promaceira ou do Paraíso tem estes veios que permitiam chegar de barco ao esteiro onde é agora o pavilhão do Beira Mar. Portanto estes veios estão a desaparecer, mas como alguns de nós aqui assistiu ali a provas de motonáutica (e não foi assim há tantos anos) eu acho que é um desafio que esta geração não pode perder que é o de recuperarmos este enorme parque náutico que temos às portas de Aveiro em conjunto com Ílhavo, para a prática de desportos náuticos, salvaguardadas que sejam as convivências com a salicultura, piscicultura, e com as demais questões ambientais.

Porto de Abrigo. Já aqui foi esclarecido, não estamos a falar de alturas de pontes. Das cotas que as pontes têm de estar para que os mastros passem — se os mastros vão passar deitados, se vamos ter uma ponte levadiça, se vamos ter uma ponte rodadiça. Nós estamos a falar de projecto, todas essas questões terão de ser equacionadas na altura própria quando os projectos avançarem. Estamos apenas a falar só de zonamento de planeamento e de opções estratégicas e portanto, queria que todos ficassem descansados quanto a essas dúvidas.

As pontes no Canal de São Roque. Está o concurso aberto para a sua concessão e construção. Haverá uma ponte rodoviária (o Arquitecto Viegas também o referiu rapidamente), é o de criar mais um acesso à zona da Lota. A Ponte de São João é um acesso insuficiente e, portanto, esta ponte rodoviária que sai ali junto da capela da N.ª S.ª das Febres e onde estão agora os tanques, parte dessa zona vai permitir o acesso viário ao parque de estacionamento e também à zona da lota. E temos duas pontes pedonais alem dessa e que pensamos que podem ser dois novos ícones da arquitectura urbana na cidade. Uma é uma ponte circular e outra é um espécie de uma enguia, que penso eu podem rivalizar com a Ponte de Carcavelos que lá está com toda a sua força emblemática.

Centro Português da Juventude. Infelizmente as notícias são más. Não há realmente confirmação de que haja verbas disponíveis para este investimento.

Queria também descansar o Arquitecto Gustavo. A zona de equipamento que aparece a vermelho, se bem me recorde é aqui ao lado, é a central eléctrica da EDP. Nós no futuro e temos feito algumas diligências queremos que esta central da EDP se afaste mais da cidade. E portanto fica como zona de equipamento sem nenhum destino neste momento definido porque não há nenhuma previsão objectiva de mudança daquela subestação da EDP.

Depois Manuel Firmino. Queria afastar qualquer fantasma. Ninguém vai fazer nada diferente no Manuel Firmino; já aqui o dissemos. O Manuel Firmino é para ser requalificado, não vai ser convertido em coisa nenhuma. Vai ser requalificado como mercado tradicional e vai ser um sucesso como são os mercados por essa Europa fora e nas capitais das cidades que conhecemos. As pessoas gostam de ter os hipermercados, mas gostam de ir aos mercados tradicionais também.

O Pavilhão do Beira-Mar não aparece na zona do Plano Polis porque não está na sua área de intervenção. Dependendo das opções que a Direcção Beira-Mar venha a fazer, o pavilhão do Beira-Mar tanto pode ir para a zona do Parque Desportivo onde há uma área reservada para esse efeito em termos de planeamento, como pode ficar na zona da Beira-

Mar onde há também uma área reservada para esse efeito — mas não aparece de facto na zona de jurisdição da Polis e portanto, é essa a única razão porque não aparece referido. Depois, eu não gostava de estragar aqui a importância...enfim, houve uns comentários que para utilizar as palavras do Dr. Carlos Candal foram mais retóricos e de uma retórica com uma objectividade difícil de descortinar. E na mesma retórica eu gostava de dizer que os grandes dividendos que esta Câmara quer tirar com este Plano, são os dividendos do desenvolvimento e da afirmação da qualidade de vida de Aveiro — e esses queremos tirá-los todos. E digo isto com toda a sinceridade. Ninguém quer utilizar o Plano Polis para efeitos mais imediatistas. É um Plano que tem o tempo que tem, já tem os anos que tem, e ficamos muito satisfeitos por agora chegar à sua fase final. Esperemos que não faleçam os meios de financiamento — infelizmente são essas as indicações que temos, que as cidades Polis não vão ter meios financeiros suficientes e que portanto o relógio será atrasado. Mas haverá um momento para reflectirmos depois qual é a concretização, qual é o ritmo de concretização e as prioridades que vamos ter em função dos investimentos disponíveis.

De resto, queria dizer-vos que a participação pública correu muito bem e portanto, eu contesto totalmente a alegada sobrançeria ou outros adjectivos que foram utilizados “prepotência” enfim, coisas horríveis que foram aqui ditas e que não têm a menor correspondência com a realidade do que tem sido a atitude desta Câmara em termos de planeamento e em especial neste programa Polis. Que impunha, mesmo que nós não quiséssemos ter — e queríamos ter - impunha de facto uma consensualização com este plano com os diferentes agentes, do ponto de vista técnico, obviamente também, e através do inquérito público que foi muito participado. Embora 60% dessas reclamações que deram azo a que um dos senhores deputados tivesse dito que nós tínhamos tido uma atitude de prepotência, concentraram-se na mesma questão e tem a ver com os proprietários dos terrenos que ficam de facto afectados. Mas isso é uma questão de indemnizações e de cálculos que terão que ser feitos e os seus interesses serão devidamente protegidos.

Depois questões mais de intendência que o Senhor Deputado Diogo Machado quis saber. Enfim as que eu tenho presente tenho todo o gosto em dá-las. Recursos Humanos — eu lamento desiludi-lo, mas os Recursos os Humanos da Sociedade Polis é o Engenheiro Matos Rodrigues, mais uma secretária que está destacada dos Serviços da Câmara. E portanto, se estava à espera de encontrar um exército de colaboradores, lamento muito desapontá-lo. Além disso, há os funcionários que pertencem à sociedade gestora que foi na altura contratada, mas que não são funcionários camarários, nem funcionários da Polis.

As percentagens do capital são aquelas que são conhecidas: 60% do Estado, 40% da Câmara. E queria dizer que a opção de passar de 5 Planos de Pormenor para um Plano de Urbanização, foi uma opção que foi devida por razões substantivas de ponderação do trabalho que estava feito e do amadurecimento do trabalho que estava feito. Reflexão desses resultados com os “timings” necessários para aprovar cada um dos cinco planos e também uma preocupação de gestão. E queria dizer-vos que nós desse ponto de vista mais comezinho (como aqui foi dito) em vez de termos que pagar trinta mil contos por cada um dos Planos de Pormenor, fizemos uma belíssima poupança e pagámos só um Plano de Urbanização que custou como imaginam bastante menos do que o que teríamos que pagar pelos cinco planos de urbanização — isto são números que podem ser compulsados, e está noventa por cento pago.

De resto eu queria só de facto desejar que este Plano possa ser aprovado e que possa ser rapidamente concretizado porque é de facto, como aqui foi bem referido, uma grande oportunidade de nós requalificarmos a nossa frente ribeirinha e de Aveiro ficar uma cidade — é um salto para a Ria, é um salto para a qualidade de vida, para a qualificação urbana, é um salto para o futuro.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Apenas para corrigir algumas coisas que me foram imputadas e outras que mal explicadas e, portanto, terei que as explicar.

Nunca disse que a Lota está situada na ZPE. De forma nenhuma! O que eu disse é que a Lota confina, é sobranceira a uma importante da ZPE. Aliás, como o Senhor Presidente confirmou é uma zona intocada. Toda aquela zona do Esteira da Redozía e toda aquela zona, é uma zona extremamente importante aliás, como foi dito naturalmente ao Programa POLIS pelo Ministério do Ambiente quando lhe quis lá fazer uma zona de atracação de barcos (chamemos-lhe assim) sobranceira do lado poente à Lota.

Aterrar Marinhas? Eu gostaria de saber como é que aquelas ligações do IP5 àquele nó, como é que aquela circular que “acolá está” e como é que o alargamento daquela estrada que hoje vai daquela ponte ali ao pé do Clube do Galitos até ao monumento do Marnoto, que é aquela estrada que está para ali, como é que aquele alargamento que está para ali – que é verde, é feito? Pode ser que não seja pelo alagamento de marinhas, pode ser que seja por baixo que se mete um tabuleiro e depois mete-se a erva por cima; não sei!?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Aquele ponte é uma ponte lacustre...”

Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Não estou a falar da ponte, estou a falar daquele alargamento para acolá...”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“É em pilares. É o que está previsto. E do outro lado, o que se vai aterrar são os bocadinhos de água que lá estão entre os nós viários. Isso penso que se percebe bem.”

Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Não Senhor Presidente. Vê aquele nó que acolá está? Ligação ao IP5, já me disse que é uma ponte lacustre, é uma ponte portanto suspensa; de nove metros, oito metros pr’áí de largura. Mas depois a ligação onde está hoje o monumento da Salineira, com aquele alargamento para o lado esquerdo: aquilo é? (não diga que não está a ver?)”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“O que eu estou a ver são os bocadinhos de água que estão entre os nós viários, não são marinhas.”

Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“São marinhas são, Senhor Presidente! São exactamente marinhas.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Ou o Dr. Raúl Martins não sabe o que é uma marinha, ou não pode chamar marinha ao charco de água que está no meio do nó viário do IP5.”

Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Aquilo eram marinhas e neste momento ainda tem posse privada. Quer dizer, aquilo tem dono.

Outra coisa: nos cinco hotéis. Eu só espero que o Senhor Presidente esteja a fazer um pouco de “blag” com isso; mas a história é esta: se em 12 hectares implanta – e apenas quando eu fiz a comparação entre a Marina da Barra e Lota, não foi relativamente a outras questões, foi unicamente à ocupação imobiliária. Porque como toda a gente sabe a Marina da Barra foi muito criticada por ter um excesso de ocupação imobiliária. E portanto, o que eu disse, é que se nós passarmos dos 12 hectares (que tem a zona da Lota) para os 60 hectares que tem a Marina da Barra, em termos de ocupação imobiliária, daria aquilo que eu disse: isto é, proporcionalmente seria cinco vezes a ocupação que tem para a Lota. E portanto, daria as tais 1280 habitações de 140 m², os cinco hotéis, as torres, essas coisas todas como eu disse (é um exercício político-matemático!). Porque, e aqui, está acolá o Senhor Professor Arquitecto (se é assim que eu o devo tratar) que não me deixa mentir – o primeiro Plano para a Lota de Aveiro foi encomendado à Universidade do Porto, mais propriamente à equipa presidida ou que era dirigida pelo Arquitecto Nuno Portas (um homem bem conhecido da nossa praça) que apresentou um Plano – o 1.º Plano. E esse plano no meu entender era um plano fabuloso para Aveiro — e eu vou dizer porquê. Porque ainda ninguém se apercebeu, mas nós cada vez mais no futuro vamos ter problemas entre a população e os estudantes. E vocês esquecem-se e muitas pessoas esquecem-se, que Aveiro é uma cidade estudantil. Porque em poucas cidades do mundo têm entre 10 a 15 mil pessoas, numa população de 40, 50 mil pessoas, 10 a 15 mil que são estudantes. Isto é, em tempo de aulas, mais de 25% da população são estudantes que têm desejos, que têm até “timings” de vida diferentes da restante população. E havia condições óptimas para num espaço onde (eu não queria dizer isto), mas onde de alguma forma se podia fazer barulho à vontade, fazer uma área de lazer e divertimento, onde as pessoas pudessem estar ali.

Mais, até digo mais, para todos os pais e para todas as pessoas de Aveiro: como tem só uma entrada facilmente controlável, onde não haveria problemas de maior (riam-se conforme quiserem); eu acho que seria uma zona óptima para isso.

Mais, conseguia-se rentabilizar aquilo tudo porque ao invés de ter habitação, comércio e serviços misturados, punha-se comércio e serviços sem habitação. Mais, quando uma pessoa que estava na 1.ª reunião, que veio o Arqt.º Nuno Portas, eu disse-lhe assim: Ó Senhor Arquitecto, por favor, nem uma casinha? Nem uma habitação? (“Nem pensar!”). É por isso que eu estranho muito, estava de facto previsto um hotel já nessa altura para lá; estava previsto aquilo que se chamava um “queimódromo” para lá; uma série de coisas, não estava prevista habitação. De repente o que aparece é basicamente habitação! Mais, a única reclamação que foi aceite foi aquela que disse: “o quê Comércio e Serviços? Não, não, este comércio e serviços pode-se também transformar em habitação.” (É a tal que falaram V/Exas.)

Eu hoje custa-me muito como Aveirense, muito sinceramente, nunca estive em causa não recuperar a Lota. Entendam isso. A Lota é uma coisa que tem de ser recuperada, pode ser uma coisa maravilhosa para todos ou pode ser uma coisa maravilhosa para alguns. O que eu suspeito, é que foram apenas os motivos financeiros que levaram a que a Sociedade

Aveiro POLIS, transforma-se o tipo de destino que é dado a uma zona daquele tipo que eu acho que daria uma zona... o 1.º projecto, e ali o Senhor Engenheiro Arquitecto, pode-se orgulhar por já nessa altura estava no projecto, o 1.º projecto (vai-me desculpar), mas era de facto muito superior aquele que as vicissitudes da vida e os caminhos dos destinos nos conduziram neste momento.

Quanto ao Porto de Abrigo naquela zona. Eu não sei porque é que foi recusado fazerem o Porto de Abrigo na parte de trás no Esteiro da Redozía? Porque é que não se aproveita parte, da parte frontal à Lota, para fazer pelo menos atracação para 20, 30 embarcações de vela de grande porte? Não está previsto, Senhor Presidente!? Mostre-me no desenho onde está previsto. O que está previsto são uns atracadouros numa das zonas que é um esteiro, daquele viveiro, daquela marinha que está encostada ao Clube Naval, aquilo ali ainda daria eventualmente um bocadinho para meter uns barquitos a motor. Mas como é óbvio se for para um barco de vela, para aquilo ter uma profundidade a uma cota menos 4 (-4), vocês imaginam em 118 mil m², quanto é que custa a dragagem disso e por fora da barra? Alguém tem essa noção? Ninguém tem essa noção, quer dizer. Aquilo está lá mas é para fazer..., ou então eu desafio uma coisa: a Sociedade Aveiro Polis comece por aí. Em vez de começar a fazer as outras coisas começa por aí; a fazer o Porto de Abrigo. Que é para que aqueles que vão ser desalojados “dacolá” não fiquem sem local para atracar os barcos. Eu desafio-os que façam isso. É óbvio que dizem assim: o Senhor desafia? – Desafia, a gente não pode fazer porque agente não tem dinheiro. Se forem à página 39 percebem mais rapidamente aquilo que eu quero dizer. Tenho dito.”

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal António Granjeira (CDS/PP)

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

Vogal António Salavessa (PCP)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos tidos por pertinentes.

Membros da Assembleia

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Mais uma vez e intencionalmente, quando questionado sobre o assunto (será intencionalmente ou não para transformar isto num pedido de esclarecimento), o Senhor Presidente da Câmara e a propósito também do pavilhão Multiusos, não respondeu a uma questão que lhe foi colocada por esta bancada, sobre se já havia ou não alguma deliberação camarária para a zona onde está prevista a implantação do pavilhão Multiusos de acordo com o plano de urbanização do Aveiro Polis.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“A deliberação camarária, a última que me recordo sobre isto, é de facto a de implantação do Multiusos naquele local. E portanto, aqui o Plano Polis limitou-se a integrar a deliberação já existente.”

Membros da Assembleia

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Houve ou não em sede de reunião de câmara, alguma revogação de anterior deliberação camarária que incidiu sobre exactamente aquele terreno?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Eu não sei exactamente ao que é que o Senhor Deputado Diogo Machado se está a referir, mas tenho a noção de que no passado já há muitos anos, foram feitos estudos urbanísticos para aquela zona que criaram expectativas nos proprietários, e que entretanto foram objecto de estudos prévios aprovados, que entretanto ficaram caducados.

E portanto, quando chegámos à Câmara verificámos todos os direitos e expectativas ao nível da gestão urbanística e estava tudo caducado, não havia nenhum compromisso desse ponto de vista, de pé, e isso é a situação que se mantém actualmente.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

“A discussão está terminada. Cumpre-me com gosto agradecer ao Prof. Arquitecto Luís Viegas, a sua vinda aqui e as explicações que deu. Bem, isto é uma Assembleia Democrática muito viva, como se apercebeu. Não tem portanto de estranhar o andamento dos trabalhos. Também agradeço ao Eng.º Matos Rodrigues e aos Técnicos que tiveram a amabilidade de acompanhar os trabalhos. E vamos votar.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 5 – Plano de Urbanização do Programa Polis, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e nove votos a favor (PS17+PSD10+IND2), cinco abstenções (PP4+PCP1) e um voto contra (PS1).

Nos termos do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal, seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Salavessa (PCP)

“O modelo legislativo e institucional da intervenção Polis, as soluções de planeamento encontradas, a pouca consideração das contribuições surgidas durante o inquérito público, a evolução das tipologias previstas para a área da intervenção e a separação desta intervenção face ao Plano de Urbanização de Aveiro, impediu-nos de votar a favor.

A possibilidade de requalificação de uma zona degradada, quer do ponto de vista urbano, quer do ponto de vista ambiental, impediu-nos de votar contra.

Só resta por isso a abstenção, que não deve ser considerada de modo algum como falta de opinião.”

Vogal João Barbosa (PS)

“Eu votei a favor porque acho que realmente é um Plano de qualidade para a cidade, que requalifica a cidade e para todos nós que o vamos ver. No entanto não deixo de lamentar que o Senhor presidente da Câmara não me tenha respondido a uma pergunta tão simples e tão fácil.”

Vogal Raúl Martins (PS)

“Votei negativamente esta proposta, dada a desnecessária pressão imobiliária que o Plano vai impor sobre a Ria e a laguna, quando a recuperação particularmente da antiga Lota (que nunca esteve em questão), poderia ser feita de uma outra maneira, que criasse uma zona de lazer de que a cidade tanto necessita, dada a sua particular localização.

Votei contra, também, pela ocupação e construção prevista para as marinhas situadas entre o Canal Central e a área de terraplano do TIR/TIF, dadas as manifestas consequências negativas, particularmente na avifauna que vai provocar, numa área da máxima sensibilidade ambiental.

Se a ocupação destinada à área da Lota não incluisse habitação e se não houvesse qualquer ocupação na área compreendida entre o Canal Central e o TIR/TIF, outro seria o sentido do meu voto.”

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP)

“A bancada do CDS absteve-se na votação deste ponto da ordem de trabalhos, pela sistemática recusa de prestar esclarecimentos cabais, pela não informação, pela ocultação de toda a extensão do que realmente está por trás da requalificação deste Plano de Urbanização do programa Polis e, acima de tudo, pela atitude sobranceira e prepotente que este Plano apresenta para com os outros demais Planos de ordenamento do território do concelho de Aveiro.”

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

“O Grupo do PSD votou favoravelmente este Plano, por considerar que vai trazer bastantes benefícios à cidade e por ser um Plano no nosso entender bem estruturado.

Gostaríamos contudo de ver alguns pormenores alterados, no entanto não os consideramos serem impeditivos na aprovação deste Plano. Gostaríamos sim, de ver estendido ao resto do concelho a qualidade deste Plano e assim todos os aveirenses poderem beneficiar da qualidade de vida que vai aqui ser impressa.”

Continuando, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

PONTO 6 – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AVEIRO.

Presidente da Mesa

“Quanto ao ponto 6 da ordem de trabalhos há duas maneiras de fazer: ou deixamos cair este ponto com o consentimento da Assembleia e faz parte da ordem de trabalhos da Sessão de Abril — ou então eu marco uma última reunião desta Sessão, preliminar da Sessão de Abril.

É unânime então, deixamos cair este ponto da ordem de trabalhos e repesca-se para a Sessão de Abril. Muito bem.”

Não havendo nada mais a tratar, o Presidente da Mesa deu por concluída esta Sessão Ordinária de Fevereiro do ano de 2004.

Eram 01:00 horas do dia 30 de Março de 2004.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)